



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 170, DE 2023

Constituição de Comissão Temporária Interna composta de 9 (nove) membros titulares para, no prazo de 366 (trezentos e sessenta e seis) dias, relembrar e enaltecer a importância do Senado Federal ao longo dos seus quase 200 anos de história.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 74, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Temporária Interna composta de 9 (nove) membros titulares para, no prazo de 366 (trezentos e sessenta e seis) dias, relembrar e enaltecer a importância do Senado Federal ao longo dos seus quase 200 anos de história.

JUSTIFICAÇÃO

Prefacialmente, é importante rememorar que o nome *Senado* faz alusão ao *Senatus* do Império Romano, Casa então composta pelos anciãos, chefes do patriarcado. À época, o *Senatus* era o centro do poder formal, estando ao lado do próprio povo romano. Hoje, mesmo passados mais de dois milênios, a tradição republicana moderna ainda carrega a ideia de que o Senado é composto por mais experientes, algo inclusive chancelado pela dinâmica constitucional de idades mínimas.

No Brasil, a história do Senado Federal tem relação com o processo de Independência do País, com o processo constituinte de 1823, estando presente na Constituição de 1824, primeira Constituição do País, outorgada após a Independência e lastreada nos ideais federalistas dos Estados Unidos, cuja Constituição datava de menos de meio século antes.

Ou seja, mesmo antes de se tornar uma República, o que ocorreria só em 1889, o Brasil já contava com uma Câmara dos Senadores, cujo nome foi alterado



SF/23941.03241-47 (LexEdit)

para Senado Federal com a primeira Constituição republicana. A existência do Senado configura, historicamente e ainda hoje, uma verdadeira marca da forma federativa de Estado, cujo principal fim é a busca de equilíbrio entre os territórios organizados politicamente, constituidores da unidade federativa.

Desde a criação e instalação do Senado, em 1826 na sua primeira sede no Rio de Janeiro, os senadores participaram de momentos históricos do nosso País, como no reconhecimento da maioria de Dom Pedro II, no período regencial, no juramento da Princesa Isabel em 1860 e sendo decisivo na abolição da escravidão.

Com a proclamação da República, o Senado assumiu o protagonismo na história legislativa do Brasil, auxiliando na aprovação de projetos estruturais, como o histórico Código Civil Brasileiro de 1916, que regeu a vida privada dos brasileiros e brasileiras por quase um século.

Rui Barbosa, Campos Salles, Prudente de Moraes e Epitácio Pessoa foram algumas das importantes figuras que se destacaram, dentre inúmeros outros notáveis.

Mesmo durante a ditadura militar, o Senado aprovou várias leis importantes para a sociedade, como a Lei do Divórcio em 1977 e a Lei da Anistia de 1979, sempre atento ao clamor da sociedade para o restabelecimento da democracia no país.

O Senado participou de uma das etapas mais importantes de transição para o governo democrático que foi a Constituinte que elaborou a Carta de 1988, a primeira feita por um Congresso eleito pelo Povo desde 1946.

Durante os últimos anos, o Senado também desempenhou relevantíssimo papel, sendo precursor na aprovação de normas que possibilitaram a compra de vacinas contra a Covid-19, de normas que franquearam a subsistência

de micro e pequenas empresas, de normas de assistência social e, sobretudo, servindo como uma pedra angular para o resguardo das instituições democráticas.

Além disso, o Senado brasileiro chega próximo de seus duzentos anos com uma infraestrutura que é referência para outros países do mundo. Órgãos importantes fazem parte dessa estrutura, como as Consultorias Legislativa e de Orçamentos, responsáveis pela produção de pareceres, projetos de leis, pronunciamentos, estudos e notas técnicas explicativas sobre temas em discussão no Congresso, bem como pela condução da aprovação do Orçamento da União.

Há, também, a Taquigrafia, que registra os discursos, debates e votações que ocorrem no Senado. Já a área de informática é comandada pelo Prodasen, a Secretaria de Informática do Senado, que atende uma rede com mais de cinco mil computadores, que foi responsável por possibilitar que o Senado Federal fosse o primeiro parlamento do mundo a operar com deliberações remotas durante a pandemia de Covid-19.

Outro órgão importante é a Secretaria de Gestão da Informação e Documentação, cujas unidades preservam a memória e disseminam a informação. A Biblioteca, que completará 200 anos junto com o Senado e conta com um acervo de mais de 400 mil volumes. O Arquivo guarda documentos históricos, tais como a Lei Áurea e outros registros marcantes. O Senado também publica livros e textos legislativos, tarefa desempenhada pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Por sua vez, o Conselho Editorial do Senado edita obras históricas relevantes para a cultura, a política, a economia e a sociedade brasileira de um modo geral.

A capacitação dos servidores dos legislativos federal, estadual e municipal fica a cargo do Instituto Legislativo Brasileiro e do Interlegis, que integra as diversas esferas do Poder Legislativo no Brasil. Já o sistema de Comunicação Social tem quatro veículos: Rádio, Agência, Jornal e TV, que garantem

a transparência das atividades dos senadores com transmissão para todo o País e até para o exterior.

Não menos importantes são as Comissões da Casa, que desempenham papéis essenciais, sejam as permanentes ou as temporárias, inclusive as Comissões Parlamentares de Inquérito, que sempre desempenharam um papel fulcral no exercício do controle ínsito à separação de Poderes.

Mas o principal órgão da Casa é o Plenário, onde são tomadas decisões definitivas sobre projetos, propostas e requerimentos^[1]. Indubitavelmente, os avanços e as conquistas da Nação passaram e passam pelo processo legislativo e pela atuação dos senadores.

Comemorar o bicentenário do Senado é resgatar a história e a memória do nosso país, é enaltecer a instituição e seu papel fundamental na manutenção da democracia nacional, dando voz aos documentos, publicações e conquistas importantes que construíram o Senado Federal e que demonstram a importância dessa Casa para o povo brasileiro. Reforçar as atribuições atuais do Senado de legislar e fiscalizar em prol da sociedade brasileira, servindo como um verdadeiro pêndulo da democracia, nunca se fez tão necessário.

Destarte, contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente requerimento, com a ciência de que a Comissão pretendida será o espaço ideal para que a importante trajetória do Senado Federal ao longo desses quase 200 anos seja enaltecida e lembrada.

^[1] Com subsídios de “180 anos do Senado brasileiro: um roteiro pela história do Senado no Brasil e no mundo”, disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496486/00821470.pdf>, acessado em 10/03/2023.

Requeiro, nos termos do art. 74, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de uma Comissão Temporária Interna composta de 9 (nove) membros titulares para, no prazo de 366 (trezentos e sessenta e seis) dias, relembrar e enaltecer a importância do Senado Federal ao longo dos seus quase 200 anos de história.

Sala das Sessões, 14 de março de 2023.

Senador Randolfe Rodrigues
(REDE - AP)

